

Ementa:

O curso tem por objetivo refletir sobre os procedimentos da chamada história oral, a partir da interface memória e narrativa. Buscará discutir as práticas de pesquisa e de trabalho de campo em projetos que utilizam a metodologia da história oral no movimento da história pública. Para tanto, abordará os diálogos entre o saber histórico e as práticas de construção da narrativa oral. O curso tratará, também, dos gêneros possíveis da história oral (história oral de vida, história oral temática e tradição oral) observando, para cada alternativa, um tipo de condução para a construção de um projeto de pesquisa. Busca-se uma história participativa, atenta às dimensões do público nas políticas de memória. Procura, também, discutir formas de sensibilização para projetos de história oral em comunidades de sentido – a partir das discussões sobre Corpo-História e Corpo-Oralidade.

Objetivos:

Discutir os procedimentos de pesquisa e de trabalho de campo em projetos que utilizam a metodologia da História Oral. Analisar a interface memória e narrativa nas práticas de história oral. Problematizar os gêneros possíveis da história oral (história oral de vida, história oral temática e tradição oral) observando, para cada alternativa, um tipo de condução para a construção de um projeto de pesquisa. Discutir formas de sensibilização para projetos de história oral em comunidades de sentido – a partir das discussões sobre Corpo-História e Corpo-Oralidade.

Autoavaliação

Seminários

Experiência em História Oral (construção de uma entrevista gravada e transcrita)

Artigo final – texto dissertativo (entre 8 e 10 páginas).

Bibliografia Geral sobre História Oral

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MATA, João da. (Org.) . **Corpo-história e resistência libertária**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. Ed: Letra e Voz, 2016.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ANDRADE, Everardo Paiva (Orgs.). **História Oral e Educação**. Coleção História Oral e Dimensões do público. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ANDRADE, Everardo. Trajetórias Docentes e História Pública: A construção de um acervo com narrativas de professores. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (Orgs.). **História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo. **História Oral e Movimento Social: Narrativas Públicas**. Coleção História Oral e Dimensões do público. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (Orgs.). **História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.

BAUER, Leticia; BORGES, Viviane (Orgs.). **História Oral e Patrimônio**. Coleção História Oral e Dimensões do público. São Paulo: Letra e Voz, 2018 (No prelo).

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Demandas sociais e História do Tempo Presente**. In: VARELLA, Flávia Florentino et al (orgs.). Tempo presente & usos do passado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FERREIRA, Marieta Moraes, AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FRISCH, Michael. 2016. A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

FRISCH, Michael. **A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History**. Albany: State University of New York Press, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **La Mémoire collective**. Paris, Presses universitaires de France, 1950.

LUCCHESI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MAGALHÃES, Valéria (Org.). **História Oral e Imigração**. Coleção História Oral e Dimensões do público. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

MATTOS, Hebe (Org.). **História Oral e Comunidade**. Reparações e culturas negras. Coleção História Oral e Dimensões do público. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, p. 255-273, julho-dezembro de 2014.

MAUAD, Ana Maria (Org.). **História Oral e Mídia**. Coleção História Oral e Dimensões do público. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e história pública: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). **Historia Crítica**, n.º 68, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re)Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Canto de morte Kaiowá: história oral de vida**. São Paulo: Loyola, 1991.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RICOEUR, Paul. **O percurso do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994.

ROVAI, Marta (Org.). **História Oral e História das Mulheres**. Coleção História Oral e Dimensões do público. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História Oral, Arte e Criatividade**. Coleção História Oral e Dimensões do público. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Revista Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018.

SANTHIAGO, Ricardo. Comunidades de escuta e compartilhamento: História pública, história oral e situações educacionais. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (Orgs.). **História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SANTHIAGO, Ricardo. História oral e história pública: Museus, livros e a cultura das bordas. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (Orgs.) **Depois da utopia: a história oral em seu tempo**. São Paulo: Letra e Voz: Fapesp, 2013.

SANTHIAGO, Ricardo. **Método, metodologia, campo: a trajetória intelectual e institucional da história oral no Brasil**. Tese - Programa de Pós-Graduação em História Social. USP: São Paulo, 2013.

SANTHIAGO, Ricardo. Palavras no tempo e no espaço: a gravação e o texto de história oral. In: DE ALMEIDA, J. R.; ROVAI, M. G. de Oliveira (Orgs.). **Introdução à história pública**. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2011. p. 97-108

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Questões para o curso

Disciplina: História e Fontes Orais (Instrumental)

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. **O QUE A HISTÓRIA ORAL ENSINA À HISTÓRIA PÚBLICA**. In: MAUAD, SANTHIAGO, BORGES. (Org.). *Que história pública queremos?*. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 101-120.

O que a história oral ensina à história pública?

Juniele Rabêlo de Almeida

*É preciso desformar o mundo:
Tirar da natureza as naturalidades.
Fazer cavalo verde, por exemplo.
(Barros, 1998, p75)*

“Fazer cavalo verde”, no olhar poético de Manoel de Barros, me leva aos sentidos de “desformar”, ampliar para buscar a experiência do novo – sem deixar de “reconhecer”¹ os pontos de partida. A história oral ensina muito à história pública, e vice e versa, possibilitando ressignificações dinâmicas para a expansão dos entrecruzamentos. Dessa forma, o objetivo é ponderar, a partir do cenário brasileiro, a questão norteadora do artigo; ampliando as problematizações: Quais são os pontos de encontro e desencontro desses dois movimentos? Quais são os dilemas e perspectivas que a história oral oferece à história pública? E o inverso?

Vale “desformar”, e não assumir, necessariamente, que a dimensão pública está presente em todos os trabalhos de história oral; ou que todo trabalho de história pública utilize a história oral. Não retomarei os mapeamentos realizados sobre a construção dos movimentos da história oral e da história pública no cenário internacional e nacional (Santhiago, 2013; Shopes, 2016); mas reconheço que a história pública, em consolidação no Brasil nos últimos anos, tem sido, em grande medida, catalisada pelos debates da história oral – preocupação com os métodos que têm modificado o tratamento das fontes orais, desde o seu arquivamento ao seu acesso, aos processos de construção e circularidade do conhecimento histórico.

As revisões sobre o conceito de *autoridade compartilhada*² para o “fazer histórico”, no âmbito da Rede Brasileira de História Pública³, assumem o comprometimento com o processo de produção dialógica da pesquisa e o exercício da compreensão histórica fundamentada, ao mobilizar questões sensíveis e socialmente vivas em *comunidades de sentido*⁴. É possível vislumbrar várias possibilidades para ampliar a relação entre os movimentos da história oral e da história pública. Os pesquisadores envolvidos em ambos os movimentos, ao longo do tempo, utilizaram diversos procedimentos e aportes teórico conceituais uns dos outros; gerando, em alguns casos, inferências equivocadas que tomam história oral e história pública enquanto sinônimos.

¹ Ricoeur (2006), em “Percurso do reconhecimento”, caracteriza as formas possíveis de reconhecimento em comunidade: O “querer viver em conjunto” ganha sentido em um movimento contínuo de reconhecimento que permite integrar o espaço comum.

²“Bases de autoridade diferentes têm reivindicações distintas e particulares (...)” (Frisch, 2016, p. 60). Sobre a revisão do conceito de “uma autoridade compartilhada”: Frisch, 2016; Shopes, 2016.

³ A Rede Brasileira de História Pública, lançada em 2013, foi construída a partir das discussões iniciadas em cursos e simpósios que ocorreram, sistematicamente, no país a partir de 2010.

⁴ Uma *comunidade de sentido* se expressa por memórias plurais, produzidas historicamente, a partir da experiência social de uma coletividade. O trabalho de memória do grupo, enquanto *comunidade de sentido*, ressignifica o tempo por meio da construção de representações do passado (Baczko, 1985).

O sentido público da história oral não pode ser mensurado, de maneira simplificada, apenas na relação entrevistador e entrevistado (pesquisador e o participante da pesquisa – suposto público) no momento do encontro para gravação. A busca da dimensão pública, caso exista esse desejo, deve ser pensada durante todo o projeto. Alguns trabalhos de história pública se comprometem com propósitos documentais e arquivístico da história oral – para além da construção de trabalhos de memória com itinerários não acadêmicos para ampliação dos públicos da história. Lembrando que, em muitos trabalhos de história pública os procedimentos da história oral não são considerados, ou são assumidos apenas como técnica. É perceptível no movimento da história pública, atualmente, a observação das potencialidades presentes nas escolhas por trabalhos de história oral para a ampliação do sentido público da história – potência expressa na produção dialógica, circulação e divulgação dos saberes sobre o passado que suscitam debates públicos para as comunidades de sentido.

Hoje, ao buscar discutir a relação história pública e história oral no Brasil, assinalo como referência fundamental os textos, consistentes e provocativos, de Ricardo Santhiago, fundador da Rede Brasileira de História Pública, dos quais destaco: “Palavras no tempo e no espaço: A gravação e o texto de história oral” (2011), “História oral e história pública: Museus, livros e a cultura das bordas” (2013), “História pública e autorreflexividade” (2018) e “Comunidades de escuta e compartilhamento: História pública, história oral e situações educacionais” (2018). Entendo a discussão sobre “produto e processo” enquanto ponto central do entrecruzamento da história pública e da história oral: “(...) não se pode garantir de antemão que projetos de história oral gerem produtos como consequência imediata; além disso, em muitas situações, o olhar restrito sobre o produto pode acarretar o descarte do processo em situações nas quais a dimensão processual da pesquisa seria precisamente aquilo que se alinharia às perspectivas da história pública.” (Santhiago, 2018, p. 306). Assim, a história pública não estaria apenas na disponibilização de conteúdos e produtos, resultantes do trabalho de história oral, sem refletir sobre o processo que ultrapassa a relação dialógica entre entrevistador e entrevistado; mas, fundamentalmente, da compreensão das dimensões públicas dos procedimentos metodológicos escolhidos – observação processual do “como fazer e como pensar a história oral”⁵ e os debates públicos decorrentes.

Em um balanço do trabalho coletivo na organização das três coletâneas que ajudaram na construção e consolidação Rede Brasileira de História Pública – “Introdução à História Pública” (Almeida; Rovai, 2011); “História Pública no Brasil” (Mauad; Almeida; Santhiago, 2016); “História Pública em Debate” (Almeida; Meneses, 2018) –, observo que dos 54 autores que convidamos (soma dos colaboradores entre brasileiros e estrangeiros), 31 são pesquisadores que já desenvolveram trabalhos relevantes de história oral. As reflexões e ações discutidas conectam oralidade, memória, tempo, narrativa e experiência e apresentam aspectos fundamentais dos itinerários e formas de compartilhamento público da história.

As práticas de história pública e história oral podem expressar construções dialógicas da memória social – produzidas e difundidas – entre o saberes acadêmicos e não acadêmicos considerando o caráter público da história. Acompanho as pesquisas de historiadores brasileiros com a metodologia da história oral na coordenação da coleção de livros intitulada “História Oral e Dimensões do Público” – cada obra (organizada por um especialista) busca discutir uma questão sensível situada entre a história oral e a história pública; são elas: “História Oral, Arte e Criatividade” (Santhiago, 2016), “História Oral e Comunidade” (Mattos, 2016), “História Oral e Mídia” (Mauad, 2016), “História Oral e Movimento Social” (Almeida, 2016), “História Oral e História das Mulheres” (Rovai, 2017), “História Oral e Imigração”

⁵Questão suscitada no título do livro “História oral: Como fazer, como pensar” (Meihy; Holanda, 2013).

(Magalhães, 2017), e – previstos para 2018: “História Oral e Patrimônio” (Bauer; Borges) e “História Oral e Educação” (Andrade; Almeida). Todos os livros da coleção procuram conectar história oral e história pública e indicar aspectos do compartilhamento de saberes, do trabalho de memória e, em alguns casos, a circularidade dos debates públicos e a difusão do conhecimento. Por meio de narrativas públicas (narrativas autorizadas e disponíveis em acervos abertos para consulta) – que expressam debates sobre valores, ações e representações – são discutidas trajetórias de vida e estudos temáticos sobre sujeitos históricos variados. Os debates sociopolíticos, as comunidades de sentido e os dissensos cotidianos compõem a tessitura dessas narrativas públicas. Os trabalhos realizados nessa interface demonstram práticas e análises plurais comprometidas com o caráter público da história.

“História oral e história pública: um parentesco radical”⁶ foi o título da conferência de Linda Shopes na abertura do 2º Simpósio Internacional de História Pública, ocorrido no Brasil em 2014 — assumindo, nesse entrecruzamento, o predomínio da história social, a preocupação com as audiências e o desenvolvimento das mídias digitais. Reverberaram, naquele momento, os debates sobre as origens distintas da história oral e da história pública e a convergência gradual de ambas; o que me fez refletir sobre as questões amplamente discutidas durante os encontros nacionais e regionais da Associação Brasileira de História Oral, desde a sua fundação em 1994, e na produção vigorosa sobre história oral, desde os anos 1980, no Brasil⁷. Destaco a criação, em 1975, do Programa de História Oral da fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) – com a sua vocação arquivística preocupada com formas de acesso público (áudio e transcrição) ao amplo acervo de entrevistas.

Reconheço, também, o trabalho pioneiro de José Carlos Sebe Bom Meihy (1991), desenvolvido com a nação indígena Kaiowá, que promoveu um frutífero encontro entre a história oral e a história pública no Brasil. O trabalho de memória, construído em colaboração por meio das narrativas orais sobre as trajetórias de vida Kaiowá, potencializou o debate público sobre o grande problema de suicídio entre jovens indígenas impactados pelas mudanças socioculturais. Tal debate público, construído a partir dos argumentos do trabalho de história oral, acionou posicionamentos governamentais para políticas públicas. Os projetos desenvolvidos no âmbito do Núcleo de História Oral da Universidade de São Paulo, coordenado por Meihy, buscaram, em sua maioria, o caráter público da história oral por meio de um conjunto de procedimentos colaborativos (dimensão processual) preocupados com o caráter social para políticas públicas e formas de divulgação do conhecimento – a partir das variadas comunidades e formas de engajamento (Meihy, 1996).

Destaco, ainda, a preocupação com as dimensões públicas da história oral, já presentes nos anos 1980 em dois programas de história oral – principalmente no que se refere às abordagens inovadoras: 1) O Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense, fundado pela professora Ismênia de Lima Martins em 1982 – por meio das abordagens que associaram as metodologias de história oral e história visual. Em conexão com o movimento da história pública aponto, especialmente, os trabalhos realizados em parceria com Ana Maria Mauad e Paulo Knauss; para além das iniciativas no âmbito da história pública da escravidão sob a coordenação de Hebe Mattos e Martha Abreu. 2) O Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais, criado em 1989, marcado por uma perspectiva multidisciplinar (demarcando que a história oral ultrapassava a disciplina história e os muros da academia) – Miriam Hermeto e Rodrigo Patto Sá Motta associam atualmente as dimensões da história oral e da história

⁶ A conferência foi transformada no texto “A evolução do relacionamento entre história oral e história pública” (Shopes, 2016).

⁷ Destaco na produção nacional sobre história oral: Bosi, 1987; Alberti, 1989; Ferreira, 1994; Meihy, 1996; Neves, 2006.

pública às reflexões sobre culturas políticas e história do tempo presente. Dentre os fundadores do programa de história oral estavam: Michel Le Ven, da Ciência Política, Ligia Leite Pereira, da Sociologia; para além das historiadoras Eliza Linhares Borges, Lucília de Almeida Neves e Regina Helena da Silva – apoiadoras da Rede Brasileira de História Pública.

Os trajetos dos usos da história oral, para tornar pública a história social e a integração dos “processos aos produtos”, levam ao projeto “Passados Presentes: Memória da Escravidão no Brasil”, coordenado desde 2014 pelas historiadoras Hebe Mattos, Martha Abreu e Keila Grinberg – um exemplo potente da conexão dos movimentos da história pública e da história oral brasileira⁸. O projeto, ao problematizar os “passados presentes” promove diálogos entre as comunidades envolvidas e os pesquisadores comprometidos com práticas que ultrapassam a ideia de acesso e publicização de projetos de história oral – construindo conhecimento que geram argumentos para políticas públicas e diversificadas propostas de divulgação e difusão dos saberes.

Esse exemplo de projeto em história oral apresenta, de maneira colaborativa (pesquisadores e comunidades), perspectivas inovadoras para as políticas de memória da escravidão – a partir das seguintes práticas de história pública: Circuito de visitação, site e aplicativo para celular a partir da construção do “inventário dos lugares de memória do tráfico Atlântico de escravos e da História dos africanos escravizados no Brasil” e, também, a coletânea fílmica “Passados Presentes” – documentários historiográficos que entrecruzam a pesquisa, o ensino, a extensão e a difusão do conhecimento. As múltiplas reverberações do projeto ficam evidentes nas construções coletivas para políticas públicas de reparação junto às comunidades quilombolas e jongueiras, bem como nas ações educacionais que potencializam o ensino de história sobre a temática (Abreu; Guran; Mattos, 2014).

As dimensões do público podem estar nas experiências para a construção e para a análise dos acervos de história oral. E, ainda, nas discussões teórico-metodológicas sobre história oral que ultrapassam as singularidades de cada pesquisa, sendo compreendidas por meio do comprometimento com a construção do saber histórico sem perder de vista as demandas dos participantes da pesquisa – bem como os processos de devolução e divulgação. Os pesquisadores, sensíveis aos procedimentos da história oral e as demandas públicas, procuram discutir os procedimentos para construção das entrevistas a partir da negociação de significados entre entrevistador e entrevistado – atentos às circularidades dos saberes. As fontes orais expressam as dimensões subjetivas dos grupos sociais; e, ainda, indicam aspectos das ações coletivas e dos diferentes sistemas de valores no processo histórico. As narrativas públicas, resultantes do trabalho de memória no tempo presente, expressam lembranças, esquecimentos e silêncios em múltiplas dimensões (Pollak, 1989).

Os trabalhos de história oral, atentos ao processo de construção e difusão de narrativas públicas, podem fundamentar as análises históricas a partir da constituição de arquivos orais públicos. Ao considerar as interpretações oferecidas pelos narradores, os pesquisadores/oralistas buscam refletir sobre as próprias narrativas orais, evitando invocações teóricas excessivas que desconsideram a força das entrevistas para significação dos trabalhos com história oral.

Ao estimular novas pesquisas, na inter-relação história oral e história pública, se descortinam os desafios e as possibilidades da construção e análise de narrativas públicas por meio de entrevistas em diferentes formatos (que

⁸ A realização é uma iniciativa da Rede de Pesquisa Passados Presentes, liderada pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense – LABHOI/UFF e Núcleo de Memória e Documentação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – NUMEM/UNIRIO.

podem ter, por exemplo, um caráter público, aberto) – geradoras de diferentes acervos de história oral capazes de integrar histórias de vida, acontecimentos, subjetividades e questões sociais. A história oral não é feita de sujeitos abstratos, mas dos micro-poderes cotidianos, das construções da memória social; das resistências e dos sentidos da afetividade na história. O trabalho com história oral, a partir desses princípios, não tem como consequência apenas a divulgação da informação, mas a produção de conhecimento sensível que poderá implicar em compromissos públicos; por meio de debates amplos e processos de reconhecimento.

Questão fundamental para a história oral e para a história pública é discutir as políticas de memória, em um esforço de “dever de memória”. Os acervos de história oral indicam a íntima e complexa relação entre história, memória e política; bem como a relação entre historiadores e políticas de memória. O trabalho de história oral promove interpretações sobre as formas pelas quais os participantes da pesquisa construíram e reconstruíram suas histórias.

Demandas locais e globais reverberam os debates públicos comprometidos com a construção, interpretação e circulação dialógica do conhecimento histórico - proporcionando o estabelecimento de ligações entre o saber acadêmico e o trabalho de memória dos entrevistados. A construção dessa ponte de comunicação possibilita reflexões sobre a função social do trabalho de memória por meio do trabalho de história oral – nesses trabalhos as comunidades de sentido podem questionar aspectos da memória social e discutir os espaços de reconhecimento/diferenciação.

O movimento da história oral possibilita a implementação de ações que inferem caminhos para parcerias no cotidiano das comunidades. Tais caminhos são possíveis a partir do entrecruzamento “experiência, memória e oralidade” e fornecem instigantes subsídios para a história pública. Assim, a história oral se estabelece como local de participação, suporte para registros da vida cotidiana e como espaço de aprendizagem (Almeida; Andrade, 2018). Ao elaborar e realizar entrevistas, que partem de um projeto, é possível observar múltiplos aspectos da construção da memória coletiva a partir das preocupações do tempo presente⁹. Práticas de história pública em trabalhos com a oralidade tem como horizonte, para além da realização das entrevistas a partir da rede estabelecida, a possível entrega dos textos resultantes das entrevistas para os narradores; bem como a disponibilização das entrevistas e das publicações delas decorrentes por meio de critérios de abertura ao público. Tais etapas de realização da história oral pretendem o respeito à narrativa autorizada pelo narrador: O entrevistado relata suas experiências de vida em um diálogo com o entrevistador – que pode assumir o compromisso de “guarda”, publicização e possível problematização histórica.

No Brasil, as discussões sobre as dimensões do público na História motivaram, também, preocupações com as demandas sociais em projetos de história oral (Ferreira, 2012; Almeida, 2016). Dentre as várias possibilidades, emergem encontros entre a história pública e a história oral por meio da história colaborativa. As diversas comunidades e movimentos sociais, com suas narrativas, podem promover debates públicos que catalisam reivindicações e pedidos de reparação (Almeida, 2016; Mattos, 2016). A história pública sugere, dessa forma, práticas de responsabilidade político-social com a memória coletiva. Este movimento, para a coprodução do saber problematizado sobre o tempo histórico, estimula o exercício colaborativo.

Da diversidade de procedimentos da história oral é possível encontrar experiências colaborativas, alimentada por questões socialmente vivas no tempo presente, com potência para ressignificar politicamente a memória social. Ao envolver sujeitos (acadêmicos e não acadêmicos), em colaboração, as demandas coletivas podem alicerçar projetos entre, os espaços universitários, escolares e comunitários, sobre a memória social; construindo uma imagem

⁹ Pollak (1989), partindo dos princípios inaugurados por Halbwachs (1950), destaca o conflito inerente às memórias coletivas.

abrangente e dinâmica das experiências. A construção das narrativas públicas não tem a pretensão de reconstituição do passado, mas sim da ressignificação histórica que pretende contemplar, de forma cuidadosa, a arte da escuta (Portelli, 2016).

No Brasil são vários os grupos, caracterizados pelo engajamento nos diversos ativismos contemporâneos, integrados por historiadores, cineastas, antropólogos, jornalistas, produtores culturais, lideranças comunitárias, atores, artistas plásticos entre outros, que utilizam os procedimentos da história oral na organização e disseminação de práticas de história pública (mesmo não utilizando essa nomenclatura) – são projetos independentes com forte ação militante para transformação social em meio aos conservadorismos, intolerâncias e aos dilemas da globalização enquanto fábula e perversidade (Santos, 2000). O trabalho de história oral feito por movimentos sociais busca, em muitos casos, processos de fortalecimento das ações coletivas e dos debates públicos. Possibilita, dessa forma, a efetivação das práticas de história pública atentando para a subjetividade das construções históricas e para os traumas sociais do nosso tempo.

A história digital, com a utilização das novas mídias, é um espaço fundamental para história pública (Leal; Lucchesi, 2016). Acervos digitais de história oral são propagados com múltiplas interfaces – aliando pesquisa, ensino, extensão, divulgação e engajamentos sócio-políticos na produção de *sites*, *blogs*, *podcasts*, *games*, aplicativos para celular, circuitos de visitação (turismo histórico) a partir de mapas interativos; para além dos filmes, série e documentários disponíveis nessas plataformas digitais. Dessa maneira, são ampliados os públicos da história a partir das formas de acesso e compromisso com a democratização do conhecimento.

Mas, vale reforçar a seguinte questão: Digitalizar, catalogar, garantir acesso público na internet é uma dimensão importante da história pública; mas é preciso pensar nos processos de construção da pesquisa, nos interesses públicos envolvidos, bem como estar sensível aos diálogos (pesquisadores e comunidade) que norteiam novos rumos para a pesquisa. Dessa forma, projetos em história oral poderão estar atentos à história dos debates públicos, bem como aos esforços colaborativos que mobilizam diversos compromissos e engajamentos sócio-históricos.

Por fim, retomo a questão norteadora – O que a história oral ensina à história pública? – para destacar a via de mão dupla da relação ensino/aprendizagem que permeia os dois movimentos. A sensibilidade e o cuidado para a aprendizagem, no processo de construção dos projetos (em história oral ou em história pública), dimensionam a potência do encontro humano comprometido com as dimensões públicas, dialógicas, da produção do conhecimento. Volto ao poeta para “desformar” e “tirar da natureza as naturalidades” na busca por caminhos criativos para o aprofundamento dos dois movimentos – ultrapassando o fetiche do produto como resultado de grandes projetos e retomando o princípio público do espaço comum.